



Revista de Administração e Contabilidade

Volume 9, número 1

Feira de Santana, janeiro/abril 2017, p.2 – 13

ISSN: 2177-8426

Mapeamento da Produção Científica Internacional Sobre Inteligência de Estado

Mapping Of Production On International Scientific Intelligence Of State

Gilberto Carlos Monteiro Darosi

Resumo

O estudo da Inteligência de Estado contribui para o entendimento de sua importância para as estratégias deliberadas ou emergentes que cada nação visa implantar no ambiente interno ou externo. A Inteligência de Estado é um recurso estratégico que auxilia os tomadores de decisões visando uma vantagem para o Estado. Neste estudo tem-se como objetivo analisar a produção científica de Inteligência de Estado a partir dos artigos disponíveis na *web of science* e *scopus*, utilizando o filtro ciência social e artigos científicos. Como ferramenta para organizar os artigos pesquisados optou-se por utilizar a ferramenta *Endnote 6.0*. Nesta pesquisa foram encontrados 60 artigos que atendiam uma das três palavras-chave definidas pelo escopo desse estudo, a saber: *national intelligence*, *state intelligence* e *agency intelligence*. Trata-se de um estudo de caráter descritivo e bibliométrico dos artigos disponíveis nessas bases de dados. Como resultado desta pesquisa têm-se 6 variáveis mapeadas sobre o tema Inteligência de Estado, quais sejam: (i) quantidade de artigos disponíveis por ano referente ao tema inteligência de estado; (ii) os autores mais expressivos que publicaram utilizando o tema Inteligência de Estado; (iii) os periódicos que mais abordam o tema inteligência de estado; (iv) as palavras-chave que mais são usadas para o tema; (v) as ênfases dos autores sobre o tema; e (vi) os países que mais pesquisam inteligência de estado.

Palavras-chaves: Inteligência de Estado, Inteligência Nacional, Agência de inteligência.

Abstract

The State Intelligence study contributes to the understanding of its importance to the deliberate or emergent strategies that the State aims to deploy in the internal or external environment. The State intelligence is a strategic resource that helps decision makers seeking an advantage to the State. This study has as objective to analyze the scientific production of

State Intelligence from the available articles in web of science and scopus, using the filter social science and scientific articles. As a tool to organize the articles searched we decided to use the Endnote 6.0 tool. In this research were found 60 articles that meet one of the three key words defined by the scope of this study, namely: national intelligence, state intelligence agency and intelligence. This is a descriptive character and bibliometric study of items available in these databases. As a result of this research have been mapped variables 6 on the subject of State Intelligence, which are: (i) amount of articles available per year for the State intelligence theme; (ii) the most expressive authors who published using the theme of State Intelligence; (iii) the more journals address the theme of State intelligence; (iv) the keywords that are used for the theme; (v) the emphasis of the authors on the subject; and (vi) the countries that State intelligence research.

Key-words: *national intelligence, state intelligence, agency intelligence.*

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais a atividade de Inteligência é discutida, estudada e aplicada no mundo contemporâneo. Na realidade ela existe desde os tempos bíblicos, quando Moisés enviou espiões para lhe trazer dados sobre o que poderia ser a “terra prometida”. Também, não dá para imaginar os romanos mantendo o seu império sem dados pertinentes e confiáveis, muito menos os exploradores portugueses sem os conhecimentos da Escola de Sagres.

Segundo Cepik (2003) os serviços de inteligência das nações são organizações governamentais especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, para a política de defesa nacional e a para a segurança pública de um país. Assim, o serviço de inteligência é visto como estratégico pelas nações e com um custo alto para gerar informações estratégicas. Essas informações servem para alimentar estratégias deliberadas ou para identificar estratégias emergentes para diversas finalidades: militares, econômicas, sociais e políticas, sendo que, em alguns casos, geram vantagens competitivas.

A Inteligência de Estado é utilizada por várias nações do mundo, entre as quais estão: Angola, Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Índia, Israel, Japão, Portugal, Reino Unido, Rússia e Venezuela. Essa estrutura estratégica possibilita conhecer a informação e a contrainformação do cenário macro dos países, o que pode proporcionar vanguarda em ações do Estado.

Por se tratar de um assunto sigilosos e portanto com poucas informações explícitas, percebe-se uma lacuna científica da pesquisa neste campo. Observa-se que a gestão desse tipo de serviço é muito rica para área da estratégia, haja vista a possibilidade da utilização da informação dos serviços de inteligência para elaboração das estratégias do estado.

Ensina Cepik (2003) que no mundo, os serviços de inteligência são antigos e muito utilizados pelos chefes de estados e nações, os quais usufruem das vantagens adquiridas através do conhecimento gerado por esse tipo de serviço. No Brasil, a utilização do serviço de inteligência é recente, são oitenta anos de atividades, nos quais ocorreram muitas mudanças ao longo da sua história, porém, esse serviço sempre atuou estrategicamente para a nação.

Desouza (2005) divide o serviço de inteligência em 3 níveis, sendo esses: a) primeiro nível, onde estão dispostos os dados isolados que foram extraídos de atividades de coleta; b) segundo nível, onde tem-se a análise e interpretação dos dados e a geração de informações,

tendências resultantes das atividades de exploração e integração; c) terceiro nível, onde gera-se o conhecimento que será utilizado para executar ações e obter vantagem estratégicas.

Portanto, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Qual é a produção científica do tema Inteligência de Estado e quem são seus autores?

O objetivo geral deste estudo é identificar e mensurar a produção de artigos sobre Inteligência de Estado e quem são seus autores. A fim de atingir o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: (i) mensurar a produção científica de artigos do tema Inteligência de Estado por ano; (ii) identificar os autores de artigos do tema Inteligência de Estado; (iii) identificar os periódicos que mais abordam o tema Inteligência de Estado; (iv) identificar as palavras-chave mais utilizadas na produção de artigos científicos sobre Inteligência de Estado; (v) compreender qual a ênfase que se destaca sobre o tema Inteligência de Estado nos artigos científicos e (vi) identificar os países que mais pesquisam Inteligência de Estado.

O presente estudo se justifica pela importância que o tema Inteligência de Estado alcança em qualquer país. Observa-se que toda nação que implantar um sistema de inteligência sofisticado estará na vanguarda no que se refere a vantagem competitiva, defesa das extensões territoriais, marítimas e aérea; dos recursos naturais e, portanto, da própria soberania da nação.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: 1. Introdução; 2. Referencial Teórico; 3. Procedimentos metodológicos; 4. Resultado e análise dos dados; 5. Considerações; e 6. Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inteligência de Estado

Com a consolidação do Estado-Nação, entre o limiar do sec. XIX e o início do sec. XX, as principais potências europeias iniciaram a estruturação de seus serviços de inteligência. Sob a baliza de agitações sociais internas, como o crescente movimento operário, ou sob o marco das guerras e conflitos externos entre potências (CEPIK, 2003), cujos exércitos vinham se tornando cada vez mais sofisticados e mortíferos, a premência por informações que subsidiassem a tomada de decisões dos governantes no campo dos conflitos tornou-se decisiva aos gestores do Estado.

Conforme Numeriano, (2007) a atividade de Inteligência configura-se como uma estratégia de Estado, e se constitui no trabalho de coleta e análise de dados sensíveis, e na disseminação destes para uma rede de atores e decisores, sob a forma de conhecimentos relativos às questões de segurança do Estado e da sociedade.

Godson (2004) explica a atividade de inteligência como aquela que obtém a informação, explora e a mantém protegida por meio de organizações especificamente estabelecidas para este propósito. Continua que o elemento determinante dessa atividade são as organizações estatais especializadas para esse fim, as quais utilizam as informações secretas coletadas sobre um país estrangeiro na busca de vantagem estratégica.

A guerra, a diplomacia e o policiamento são as três matrizes das origens históricas da Inteligência (CEPIK, 2003). A guerra pode ser associada à Inteligência de defesa territorial, a diplomacia à Inteligência para o campo externo, e o policiamento à Inteligência para prover a

segurança e ordem internas. Trata-se de um esquema didático, pois, a rigor, no tempo, espaço e processo de constituição dos primeiros Estados nacionais, estas três matrizes sempre convergiram para um amálgama de ações que traduziam os interesses e respostas políticas na dinâmica do conflito de poder interestatal e intra estatal (CEPIK, 2003).

A História mostra que os primeiros Estados nacionais criaram serviços de informações para subsidiar as decisões de estado-maior de corpos de exércitos durante campanhas militares. A função dos serviços era, pois, restrita à informação sobre movimento de tropas, moral do inimigo, vias de suprimento, armas e munição disponíveis, natureza do terreno e outros dados julgados úteis para a tática e estratégia militares. Um dos textos mais célebres sobre o papel da espionagem na guerra é o *Ping-fa*, de Sun Tzu.

A criação de serviços secretos é o efeito da necessidade de Estados para a defesa e prevenção em tempos de guerra e de paz. Mas a intenção dos governantes desses Estados é usar tais serviços para maximizar poder.

Conforme Cepik (2003), existem oito principais funções atribuídas aos serviços e sistemas de Inteligência, a saber: (i) contribuir para tornar o processo de decisão governamental mais realista e racional em áreas estratégicas, como política externa, defesa nacional e ordem pública; (ii) propiciar a interação entre *policymakers* e oficiais de Inteligência, aumentando o nível de especialização dos tomadores de decisão e de suas organizações; (iii) apoiar o planejamento de capacidades defensivas e o desenvolvimento e / ou a aquisição de sistemas de armas; (iv) apoiar as negociações diplomáticas em diversas áreas; (v) subsidiar o planejamento militar e a elaboração de planos de guerra; (vi) prevenir os líderes civis e militares contra ataques, surpresas diplomáticas e graves crises políticas internas; (vii) monitorar os alvos e ambientes externos prioritários para reduzir incertezas e aumentar o conhecimento e a confiança; e (viii) preservar o segredo sobre as necessidades informacionais, as fontes, fluxos, métodos e técnicas de Inteligência.

Numeriano (2007) descreve a atividade de inteligência como uma técnica, que requer ferramentas e métodos para produzir conhecimentos. Estes meios são inspirados, em parte, na ciência criminal e na metodologia científica. Completa que a Inteligência não tem a pretensão de atingir o estatuto de ciência, mas ela, tal qual as ciências, também é constituída por engrenagens para apreender, descrever e explicar o real.

Cepik (2003) afirma que o trabalho de Inteligência obedece a um ciclo, o qual descreve a produção de conhecimento, mas, em essência, o processo pode ser reduzido às seguintes fases e elementos: (i) planejamento e direção, (ii) coleta de dados (ostensivo ou encobertos), (iii) processamento, (iv) produção e análise, (v) difusão e (vi) resposta (*feedback*).

A atividade de Inteligência é conceitualmente dividida em duas vertentes. Uma vertente designa a atividade voltada para a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos sensíveis sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental, bem como sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado. A segunda vertente é a Contra-Inteligência, que objetiva neutralizar a Inteligência adversa, ou seja, os serviços secretos de outros Estados, além da Inteligência privada e de grupos terroristas ou criminosos sobre alvos nacionais ou estrangeiros. (NUMERIANO, 2007).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Bibliometria

Este estudo busca obter subsídios sobre as discussões realizadas em torno do tema Inteligência de Estado. Uma forma contemporânea desse processo é a bibliometria com artigos científicos. Segundo Pizzani et al. (2008, p. 69-70), "um dos mecanismos mais utilizados pela comunidade científica para a disseminação dos resultados das pesquisas é a publicação de artigos científicos em revistas, os chamados periódicos científicos e, para avaliar a produção científica de um determinado grupo de pesquisa foram elaborados indicadores para medir a sua visibilidade científica".

A busca pela visibilidade científica se firmou com o surgimento da cientometria na década de 1960. Pelegrini Filho et al. (1997) definiram a cientometria como a área que trata da análise de aspectos quantitativos referentes à geração, propagação e utilização de informações científicas, com o fim de contribuir para o melhor entendimento do mecanismo de pesquisa científica como uma atividade social.

No entanto, o termo bibliometria é mais antigo e foi definido pela primeira vez em 1934, como parte da bibliografia que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada ao livro (OTLET, 1986). Assim, a bibliometria utiliza dados matemáticos e estatísticos para quantificar as informações referentes à produção e à disseminação do conhecimento científico.

Conforme Araújo (2006, p.12) a bibliometria consiste "na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)". Figueiredo (1998, p. 79) conceitua bibliometria como sendo a "análise estatística dos processos de comunicação escrita, tratamento quantitativo (matemático e estatístico) das propriedades e do comportamento da informação registrada".

A bibliometria também pode ser definida como um estudo quantitativo das unidades bibliográficas publicadas; aplicação de métodos estatísticos e matemáticos ao estudo de uso dos livros e outros meios; estudo quantitativo da produção de documentos.

A bibliometria, como método quantitativo de investigação da ciência, utiliza a análise de citações como uma de suas ferramentas como forma de medir o impacto e a visibilidade de determinados autores dentro de uma comunidade científica, verificando quais escolas do pensamento vigoram dentro das mesmas (VANZ; CAREGNATO, 2003).

A bibliometria não está somente ligada a métodos quantitativos, ocupa-se também de métodos qualitativos, e conforme Hayashi et al (2007) a bibliometria mesmo baseada na aplicação de métodos quantitativos não consegue fugir dos métodos qualitativos de análise. Finaliza que combinar o método quantitativo e qualitativo na análise bibliométrica auxilia numa melhor tomada de decisão.

As principais leis bibliométricas são: Lei de Bradford (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade científica de autores) e Lei de Zipf (frequência de palavras).

3.2 Enquadramento Metodológico

Este trabalho teve como principal fonte de pesquisa a análise documental. A escolha da amostra está baseada em artigos científicos, os quais são importantes meios de disseminação do conhecimento. Adotando a linha descritiva, este artigo visou investigar, descrever e analisar os artigos científicos sobre Inteligência de Estado nas bases de dados *Web Of Science* e *Scopus*. Os documentos foram verificados com abordagem quali-quantitativa e a coleta dos dados são secundários.

Barros e Lehfeld (1990) ensinam que as pesquisas qualitativas são aplicáveis nos estudos que os dados são expostos de forma verbal, oral, ou em forma de discurso. Completam que na pesquisa quantitativa, usa-se um conjunto de dados estatísticos, sobre os quais é realizada uma análise descritiva dos dados, e esses podem ser ordenados por distribuição de frequências ou montagem de tabelas.

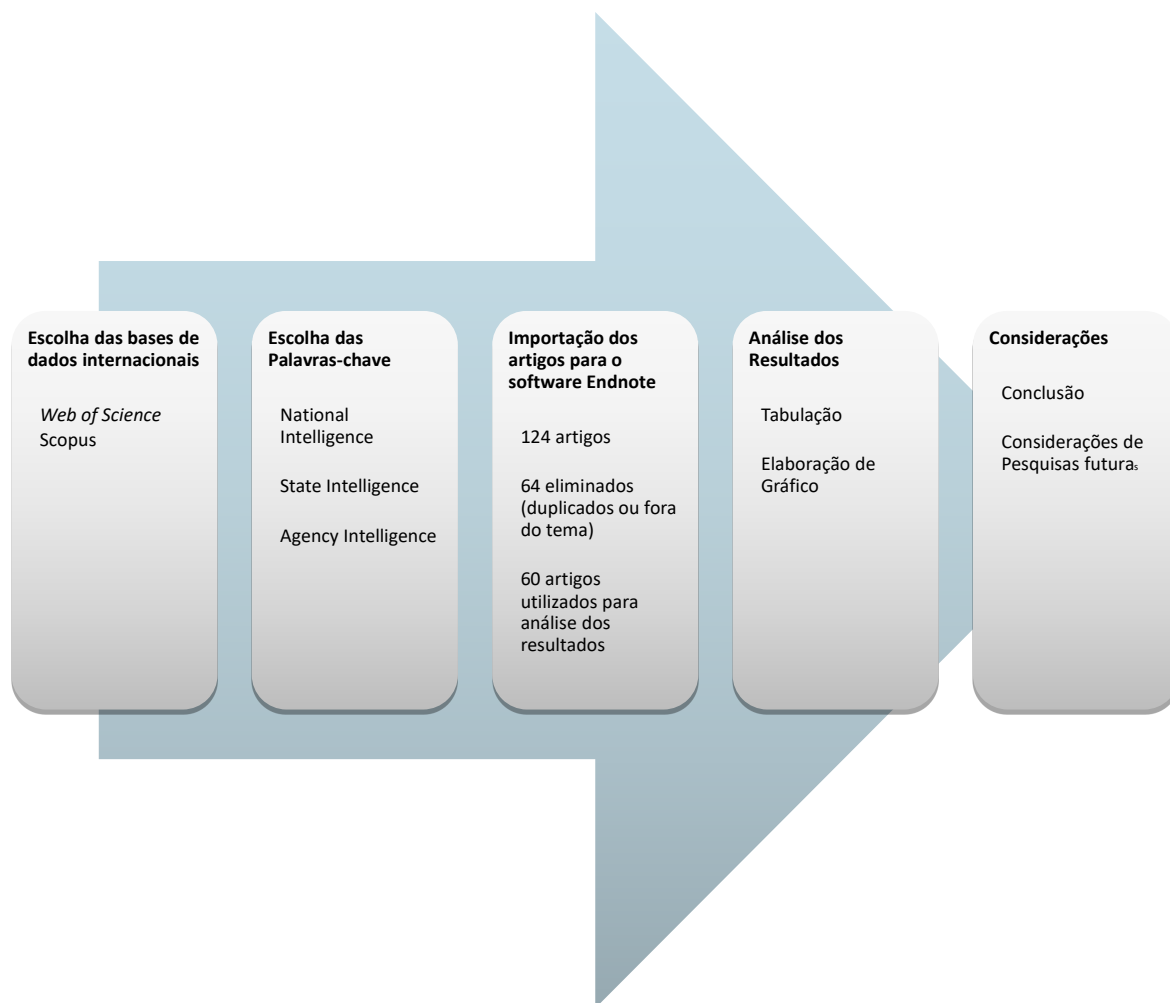
3.3 Procedimentos da Pesquisa

A base de dados consultada foi a Web of Science. Observa-se que Web of Science oferece aos pesquisadores um banco de dados com conteúdo multidisciplinar abrangendo mais de 12.000 dos periódicos de maior impacto em todo o mundo, incluindo revistas de acesso aberto e mais de 150.000 procedimentos de conferências. Essa base de dados abrange uma cobertura atual e retrospectiva em ciências, ciências sociais, artes e humanidades, com resgate desde 1900.

A outra base de dados utilizada foi o Scopus. Essa base de dados possui resumos, citações da literatura científica, e de fontes de informação de nível acadêmico na Internet, além de indexar periódicos, patentes, e outros documentos nas áreas de ciências biológicas, ciências da saúde, Ciências físicas e ciências Sociais.

Foi utilizado o software Endnote para compilar e organizar os artigos sobre Inteligência de Estado. As palavras-chave em inglês foram as seguintes: national intelligence, state intelligence, agency intelligence. O filtro para encontrar os estudos sobre o tema foi artigos e ciência social. Na sequência, tem-se a figura 1 destacando o fluxograma da pesquisa:

Figura 1 – Design da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a pesquisa chega-se ao quantitativo de 60 artigos. Observa-se no quadro 1 que o número de publicação de artigos até 2007 manteve uma média de 2 artigos. A partir de 2008 ocorre uma elevação de estudos sobre Inteligência de Estado e chega-se a um número expressivo em 2011, alcançando 11 publicações.

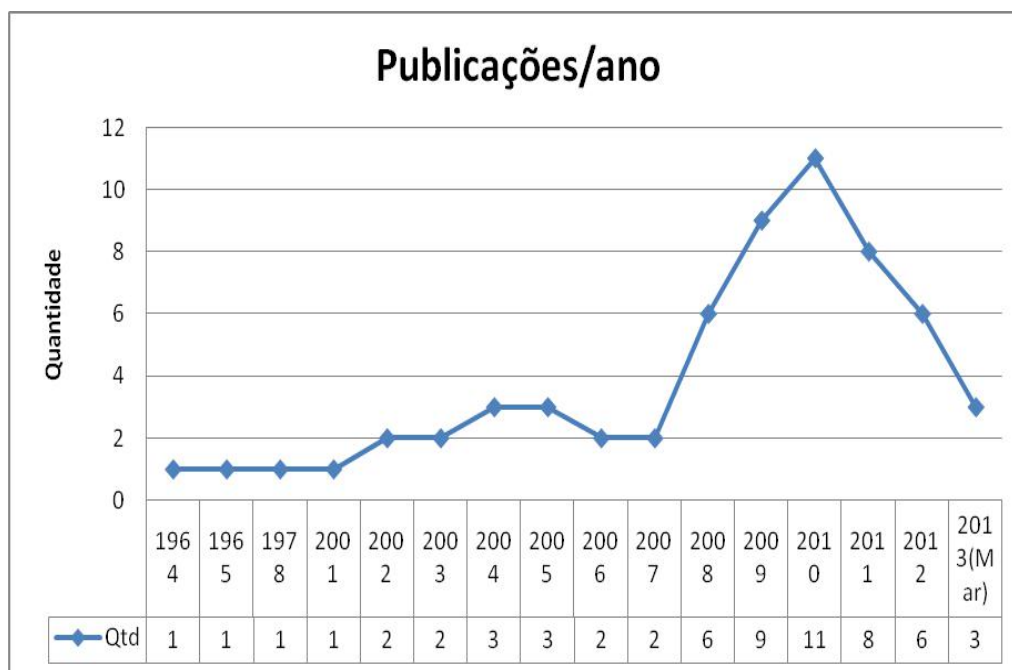


Gráfico 1. Quantidade de produção de artigos por ano.

Fonte: Autores.

Na tabela 1 aborda-se a lei de Bradford, a qual analisa a frequência de publicação de artigos em periódicos. Nota-se um destaque para o periódico *Intelligence and National Security* com 5 publicações, seguido pelo periódico *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence* com 3 periódicos e os demais periódicos com uma frequência de 2 publicações.

Periódico	Frequência (<i>f</i>)	Acumulado
<i>Intelligence and National Security</i>	5	-
<i>International Journal of Intelligence and CounterIntelligence</i>	3	5
<i>Commentary</i>	2	8
<i>Israel Affairs</i>	2	10
<i>Journal of Strategic Studies</i>	2	12
<i>Orbis</i>	2	14
<i>Public Money & Management</i>	2	16
Total		16

Tabela 1. Lei de Bradford.

Fonte: Autores.

A tabela 2 aborda a lei de Lotka, a qual analisa a produtividade científica por autores. Observa-se um equilíbrio de publicação entre os autores Omand, S. D., Bar-Joseph, Uri e Thomas, M. O primeiro destaca-se com 3 publicações, os outros dois autores obtiveram êxito com 2 publicações cada um. Vale ressaltar a publicação de um artigo do brasileiro Cepik em um periódico internacional.

Autor	Frequência (f)	Acumulado
Omand, S. D.	3	-
Bar-Joseph, Uri	2	5
Thomas, M.	2	7
Total		7

Tabela 2. Lei de Lotka

Fonte: Autores.

Aborda-se na tabela 3 a Lei de Zipf. Essa lei destaca a frequência de palavras-chave que se destacam como peças de busca periódicos. Dentre os 60 artigos compilados sobre Inteligência de Estado, encontra-se em destaque a palavra Intelligence com 12 utilizações como palavra-chave, na sequência com 8 utilizações como palavra-chave tem-se United States, em terceiro maior uso como palavra-chave destaca-se Terrorism. Conforme elucida a tabela, as demais palavras encontram certo equilíbrio na distribuição como palavras-chaves utilizadas nos estudos pesquisados.

Palavras-chave	Frequência (f)
Intelligence	12
United States	8
Terrorism	7
National Security	5
War	4
Government Agencies	3
Eurásia	3
Nuclear weapon	3
Iran	3
Intelligence Service	2

Tabela 3. Palavras-chave mais utilizadas.

Fonte: Autores

O gráfico 2 aborda a ênfase dos estudos sobre Inteligência de Estado. Classifica-se este gráfico pelas linhas de estudo que mais aplicam estudos sobre o tema. Destaca-se com 24 estudos a linha de administração e operações, seguida por 20 estudos sobre a linha militar e sobre terrorismo. A linha de menor aplicação de estudo sobre Inteligência de Estado foi a que aborda o assunto meio ambiente, com uma aparição.

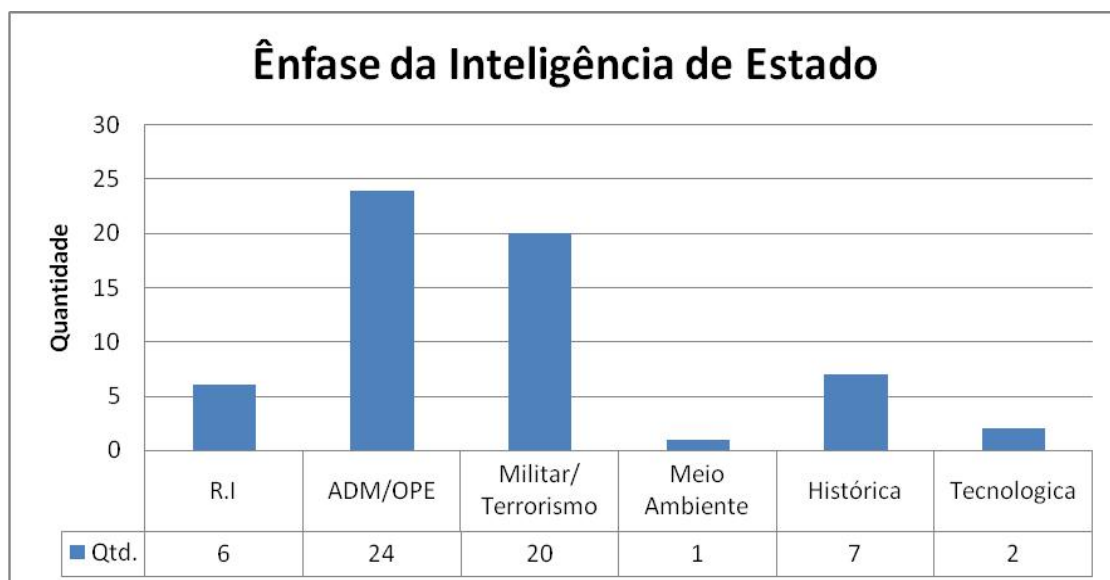


Gráfico 2. Ênfase da Inteligência de Estado.

Fonte: Autores

Quanto a publicação de artigos sobre Inteligência de Estado por País de origem, reconhece-se um expressivo número por parte dos Estados Unidos da América com 37 artigos. Esse país é seguido de perto pelo Reino Unido com 13 publicações. Nota-se um equilíbrio de estudos entre os demais países que compõem a amostra, com uma média de 1 artigo por Nação.

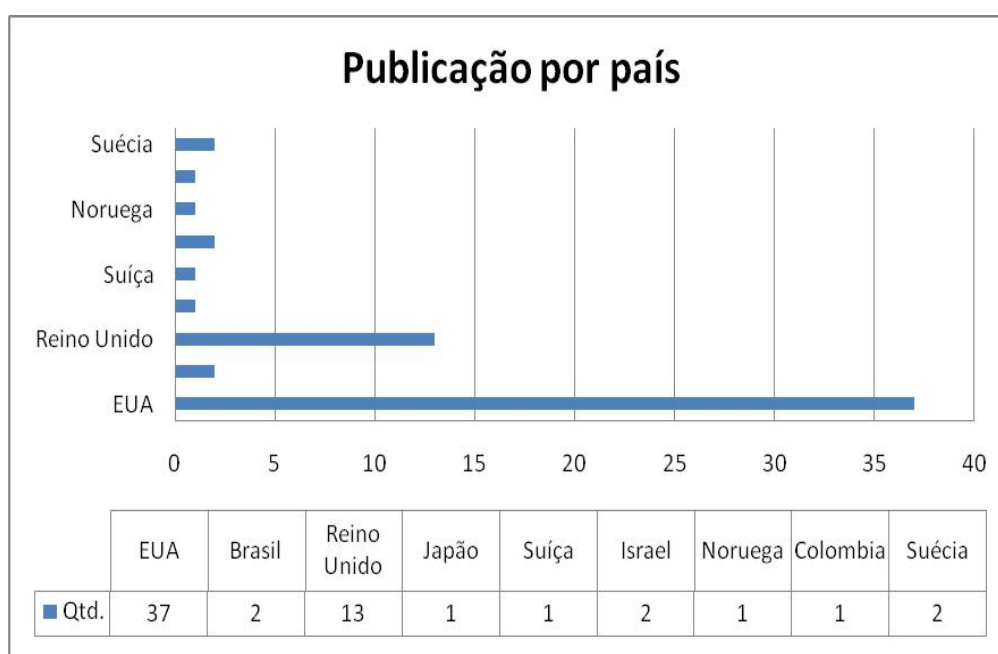


Gráfico 3. País de origem dos artigos.

Fonte: Autores

5. CONSIDERAÇÕES

Conclui-se que o tema Inteligência de Estado é pouco estudado, por ser um tema antigo e de grande importância para ciência social, porém observando o aumento de publicações de artigos a partir de 2007, as palavras-chave United State e Terrorismo e a quantidade de publicações norte americanas, pode-se relacionar com os acontecimentos terroristas nos Estados Unidos e as atuações da agência de inteligência americana com o aumento do interesse nas pesquisas a cerca do tema Inteligência de Estado.

Outro aspecto que evidencia-se na pesquisa é a alta frequência de publicações do autor inglês S.D. Omand, frente ao demais autores, em segundo lugar o israelita Uri Bar-Joseph. Comparando-se as origens dos artigos, a Inglaterra possui 13 artigos contra 2 artigos originados de Israel, todos do autor Uri Bar-Joseph.

A respeito da quantidade de periódicos científicos sobre o tema, observou-se mais de quinze periódicos, mas somente sete apresentaram uma quantidade de artigos acima de duas publicações, tendo destaque para os periódicos Intelligence and National Security e International Journal of Intelligence and CounterIntelligence, os quais acumulam 13% do total das publicações pesquisadas de Inteligência de Estado.

Percebe-se a grande ênfase dos autores de artigos em Inteligência de Estado na gestão/operações dos serviços inteligência e no aspecto militar, herança do século XX marcado por vários confrontos militares. Observa-se ainda um princípio de estudo na área do meio ambiente, por meio da Inteligência de Estado.

Sugere-se efetuar a pesquisa em portais nacionais e outros internacionais, para ter uma noção mais ampla da produção científica sobre o tema, pesquisar outras variáveis relacionadas com Inteligência de Estado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. **Bibliometria**: evolução histórica e questões atuais. Em questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BARROS, A. de J. P.; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

CEPIK, M. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DESOUZA, K. C. **Restructuring government intelligence programs**: A few good suggestions. See front matter, 2005, Elsevier Inc. All rights reserved. Institute for Engaged Business Research, The Engaged Enterprise, 1349 West 16th Street, Chicago, IL 60608, USA

GODSON, R. **Dirty tricks or trump cards**: U.S. covert action and counterintelligence. Washington: Brassey's, 2004.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. **Bibliometria**: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: cinform–encontro nacional de ciência da informação, 6., Salvador: UFBA, 2005.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Thesaurus, 1998.

HAYASHI, M. C. P. I.; et al. **Um estudo bibliométrico da produção científica sobre a educação jesuítica no Brasil colonial**. *Biblios*, ano 8, n. 27, fev./mar. 2007.

NUMERIANO, R. **A inteligência civil do brasil, portugal e espanha**: legados autoritários como constrangimentos à democratização da inteligência de estado na transição e consolidação democrática. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPCS, Universidade Federal de Pernambuco. 2007.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; HAYASHI, M. C. P. I. **Bases de dados e bibliometria**: a presença da educação especial na base Medline. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação*, v.4, n.1, p. 68-85, jan./jun. 2008.

PELLEGRINI FILHO, A.; GOLDBAUM, M.; SILVI, J. **Producción de artículos científicos sobre salud em seis países da América Latina, 1973 a 1992**. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v.1, n.1, p.23-34, 1997.

OTLET, P. **O livro e a medida**: bibliometria teoria e prática. São Paulo: Cultrix, 1986. p.19-34.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. **Estudos de citação**: uma ferramenta para entender a comunicação científica. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul./dez. 2003.

TZU, S. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1985.